

Aula 00 – CF Art. 194 a 200

Curso Regular – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Prof. Lígia Carvalheiro


Sumário

SUMÁRIO.....	2
APRESENTAÇÃO.....	3
CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88.....	3
QUESTÕES COMENTADAS PELO PROFESSOR	11
QUESTÕES COMENTADAS.....	23
GABARITO	30

Apresentação

Acompanhou a aula anterior? Ótimo! Esta é a continuação mais lógica possível. Te convido, novamente, para você guardar meu contato, tanto para dúvidas, quando para você desfrutar meu conteúdo tanto no Instagram e no Youtube

 @prof.ligiacarvalhero

 Prof. Lígia Carvalheiro

Muita atenção em um ponto dessa aula!

Quando seu edital pede Constituição Federal, atente quais artigos está sendo pedido. Mais comumente consta no edital a Sessão da Saúde (art. 196 a 200), no entanto, ora o outra, costuma ser mais ampliado, sendo solicitado a sessão da Seguridade Social (art. 196 e 195).

Outra coisa: as questões são EXTREMAMENTE LITERAIS, logo, interessa que você saiba o assunto geral de cada artigo e se atentar a tudo que possa alterar os artigos.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88

SESSÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Agora iniciarmos o MARCO LEGAL DO SUS!!!!

Antes da Seção da Saúde, veremos a respeito da SEGURIDADE SOCIAL, cobrado em alguns concursos e residências. São apenas 2 artigos: 194 e 195. Com isso, você tem um material completo.

A seguridade social também foi criada na CF de 88. É um Sistema de proteção à sociedade, contra riscos dito "sociais", como a FOME, o DESEMPREGO e DOENÇA.

Dentro da Seguridade Social, temos:

PREVIDÊNCIA SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

SAÚDE

Não há relação de subordinação entre eles, mas de complemento.

PREVIDÊNCIA SOCIAL:

Principais características:

Não é universal: é para todo aquele que contribui regularmente e também para seu dependente. O desconto é compulsório (pago diretamente ao órgão) e pode ser pago a parte pelo cidadão sem trabalho.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Principais características

Também não é universal: é para aquele que PRECISA. Ex. Bolsa Família. Existe critérios para o recebimento.

Quanto à contribuição, tem bancas que colocam que ela é NÃO CONTRIBUITIVA e outras que É NÃO CONTRIBUTIVA de manutenção INDIRETA., ou seja, não se paga diretamente a um órgão de ASSISTÊNCIA, mas se tem o direito por pagamento dos impostos. Atenção à leitura!!!!

SAÚDE

Principais características

É UNIVERSAL! Veremos que é DEVER do Estado. Ela não é contributiva ou contributiva de manutenção INDIRETA, por impostos, como o IPTU.

Vamos ao ARTIGOS:

O que está entre chaves ([]), é observação minha!

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos [planejamento / gestão] e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

[atenção: quando a questão fala de iniciativa, inclui a sociedade, mas quando fala de organização, aí, é o poder público!]

- I - universalidade da cobertura e do atendimento; [não confunda com os objetivos do SUS, hein!]
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; [todos tem o mesmo acesso aos benefícios da seguridade]
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; [na falta de recursos, por exemplo, serão distribuídos os benefícios aos que mais precisam]
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; [mesmo em crise! Além de não reduzir, deve repor a inflação anual]
- V - equidade na forma de participação no custeio; [todos vão custear a seguridade, mas segundo a sua capacidade contributiva: quem ganha mais, contribui mais]
- VI - diversidade da base de financiamento; [vários recursos financiam a seguridade, evitando escassez e falta: contribuição sobre o salário dos empregados, empregadores, impostos diversos]
- VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. [quadripartite]

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta [impostos], nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;
- II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas [de acordo com as faixas de salário] de acordo com o valor do salário de contribuição [EC 103/2019], não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedida pelo Regime Geral da Previdência Social.
- III - sobre a receita de concursos de prognósticos [loterias].
- IV – do importador de bens ou serviços do exterior ou que a lei a ele equiparar.

[Esses incisos representam a diversidade de recursos!]

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, **não integrando o orçamento da União**. [ou seja, estes entes devem contribuir com suas próprias rendas / recursos próprios, e não depender do recurso da União].

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma **integrada** pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos. [na prática, cada um faz seu orçamento, é aprovado pelos respectivos conselhos e segue o fluxo]

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, **não** poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. [Exemplo: um empresário que não está quite com suas obrigações fiscais não poderia contratar com o setor público, como participando de licitação. Nem pode pegar empréstimo / financiamento dos bancos públicos]

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I. [Como criar um novo imposto para manter a seguridade, desde que aprovado pelo Congresso]

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. [ou seja, tem que ter “de onde” sair a verba para uma possível ampliação de benefício.]

[...]

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. (Ex. Ongs, Hospitais filantrópicos etc.)

[...]

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. [equidade na participação do custeio] [EC 103/2019]

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas

[Até aqui é o que nos interessa, acerca da Seguridade Social!]

SESSÃO DA SAÚDE [cai em toda prova!]

Esse texto foi elaborado com base no Relatório final da 8ª CNS (1986). Este é um importante marco, pois o SUS foi CRIADO pela CF/88, lá no Título VIII: Da Ordem Social, no Capítulo II, da Seguridade Social, na Seção II: da Saúde.

A CF de 88 foi a sétima constituição do país, mas foi a primeira a ter uma sessão de saúde!

Saiba que às questões acerca deste tema são LITERAIS ao extremo. Logo, todos os detalhes nos serão importantes!

Vamos aos artigos!

Art. 196. A saúde é DIREITO DE TODOS e DEVER DO ESTADO, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Destaque na ampliação do direito à saúde, assim como a ampliação da responsabilidade do Estado em construir políticas sociais e econômicas. Em outras palavras, significa o fortalecimento do compromisso pela prevenção de saúde e de outros agravos relacionados (acidentes de trânsito, violência, uso de drogas psicoativas etc.). Neste artigo também estão duas diretrizes do SUS: universalidade e igualdade.

TREINE COMIGO

Instituto Excelência / Prefeitura de Taquarituba - SP / 2016 Com análise na Constituição Federal de 1988 (seção II – Da Saúde), Art. 196 é CORRETO afirmar:

A São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

B A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

C Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

D Nenhuma das alternativas.

COMENÁRIOS

A Errada. Se refere ao Art. 197 e não 196.

B Certa.

C Errada. Faz parte do Art. 198.

D Errada. A "B" está certa, logo, não poderia ser essa,

Resposta: B

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

O assunto da possibilidade da iniciativa privada participar da oferta de saúde em todos os níveis, começa a aparecer.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade. : **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. : **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); **LC 86/2015**

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

IV - (revogado); **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. **(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)**

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde PODERÃO ADMITIR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. **(Emenda Constitucional nº 51, de 2006)**

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. **(EC 63/2010)**

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. **(Emenda Constitucional nº 51, de 2006)**

Obs: A EC 29/00 altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. GRAVE ISSO!

Pela EC 29, ficou definido que a União corrigiria anualmente o orçamento federal destinado à saúde pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados ficaram obrigados a alocar, na função saúde, um percentual mínimo da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais estabelecido em 12%. Os municípios assumiram a responsabilidade de utilizar pelo menos 15% das suas receitas líquidas em saúde.

TREINE COMIGO

(UEG / Prefeitura de Iporá - GO / 2018) A Emenda Constitucional nº . 29, de 13/09/2000, altera os artigos 34, 35, 156,160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias. A finalidade desta Emenda Constitucional é

- a) desvincular os patamares percentuais de investimento em saúde pela União, estados e municípios.
- b) extinguir a intervenção da União nos estados, Distrito Federal e municípios em território federal.
- c) atrelar um novo período de vigência da CPMF aos investimentos em saúde por parte da União.
- d) obrigar o uso de recursos da saúde para despesas com determinantes sociais e econômicos.
- e) assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resposta

As perguntas a respeito disso ficam muito focadas no próprio título da emenda. Logo, é necessário gravar claramente que veio para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resposta: E.

Veremos isso mais detalhado na aula da Lei Complementar 141/2012 (REGULAMENTAÇÃO DA EC Nº 29, DE 2000

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma **COMPLEMENTAR** do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Por este trecho, tem-se a autorização da livre participação da iniciativa privada no país, autorizando a sua participação no SUS de forma COMPLEMENTAR com prioridade para as entidades filantrópicas.

Saiba que o termo complementar é frequentemente substituído pelo SUPLEMENTAR nas provas.

Outro detalhe é sobre a participação dos capitais estrangeiros. Veja que ele diz no § 3º que é VEDADA, excerto no que está descrito nas exceções, no entanto, na Lei 8080/90 tem uma série destas tais exceções, que não são poucas! Logo, não fique "preso" nesta proibição pois poderia errar na prova.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

- II - executar as ações de **vigilância sanitária e epidemiológica**, bem como as de **saúde do trabalhador**; **(isso chove e está bem especificado na Lei 8080 90)**
- III - ordenar a formação de **recursos humanos** na área de saúde; **(caso contrário, quem executaria todas as programações)**
- IV - participar da formulação da política e da execução das ações de **saneamento básico**;
- V - incrementar, em sua área de atuação, o **desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação**;
- VI - fiscalizar e inspecionar **alimentos**, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como **bebidas e águas para consumo humano**;
- VII - participar do controle e fiscalização da **produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos**;
- VIII - colaborar na **proteção do meio ambiente**, nele compreendido o do **trabalho**.

Aqui temos a área enorme de abrangência do SUS. Observe as palavras destacadas no texto.

TREINE COMIGO

(FCC - MANAUSPREV – 2015) Sobre o que estabelece a Constituição Federal acerca do SUS - Sistema Único de Saúde, é correto afirmar que

- a) poderá ser integrado por instituições privadas com fins lucrativos, de forma complementar, as quais estarão autorizadas a receber aporte de recursos ou subvenções para a prestação dos serviços de saúde.
- b) poderá ser integrado por instituições privadas sem fins lucrativos, de forma complementar, vedado o aporte de recursos ou subvenções para a prestação dos serviços de saúde.
- c) será financiado por toda a sociedade, de forma direta e mediante recursos exclusivos da União.
- d) poderão dele participar agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, admitidos por meio de contratação direta, realizada exclusivamente pela União.
- e) compete-lhe participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

COMENTÁRIOS

Esse tipo de questão das competências do SUS é clássica. Vai treinando que, muito em breve, você não terá dificuldades de encontrar os erros e chegará na correta.

- a) ERRADA. CF, ART. 199, § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- b) ERRADA. CF, ART. 199, § 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

c) ERRADA. CF, ART. 198, § 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

d) ERRADA. CF, ART.198, § 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

e) CERTA.

Resposta: E.

Finalizamos e, agora é com você. Não há limite de treino. Quanto mais exercícios fizer, mais se sentirá seguro na prova!

Questões comentadas pelo professor

1. IAPEN – IAPEN - 2020

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, e com os seguintes princípios:

A oferta de um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e coletivos, nos níveis de menor complexidade do sistema.

B igualdade de assistência à saúde, favorecendo a população de menor renda.

C centralização político administrativa com sede em Brasília.

D regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.

E acesso aos serviços de saúde a nível básico somente por pessoas que contribuem com a previdência social.

COMENTÁRIOS

Revise o Art. 198: As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade. : (incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)

A Errada. Quando a gente fala de integralidade, está incluso todos os níveis de assistência e não somente os de baixa complexidade

B Errada. O acesso é universal com equidade! Não é favorecimento, é justiça.

C Errada. Descentralização com direção única em cada esfera.

D Certa.

E Errada. O acesso é universal, não somente os contribuintes.

RESPOSTA: D.

2. GUALIMP – Prefeitura de Conceição de Macabu - 2020

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo, ainda, aos seguintes princípios, EXCETO:

A Participação da comunidade.

B Universalidade do acesso, entendido como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

C Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

D Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.

COMENTÁRIOS

A letra B traz o conceito com a definição errada. O que está explicado é sobre a INTEGRALIDADE e não UNIVERSALIDADE.

RESPOSTA: B.

3. INICIATIVA GLOBAL – CIAS-MG – 2016

Segundo o artigo 199 da Constituição Federal de 1988, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Sendo assim, todas as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO:

a) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

b) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

c) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

d) As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

COMENTÁRIOS

Atenção, pois o pedido é a ERRADA! A resposta dessa questão está no Art. 199, onde diz que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Agora vem os detalhes no parágrafo primeiro:

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma COMPLEMENTAR do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Lembra que eu disse que as bancas tentam confundir dizendo que a participação é SUPLEMENTAR!? Ai, está a prova!

RESPOSTA: E.

4.FUMARC – Prefeitura de Matozinhos - MG - 2016

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu título VIII, capítulo II, seção II Art. 198, "As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes...". Dentre as diretrizes a que se refere o artigo citado encontram-se, EXCETO:

A Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

B Descentralização, com direção única, em cada esfera de governo.

C Participação da comunidade.

D Vedada a destinação de recursos públicos para subvenções às instituições privadas sem fins lucrativos.

COMENTÁRIOS

Retome o Art. 199:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma COMPLEMENTAR do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

O que está vedado no Art. 200 é a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas COM fins lucrativos.

RESPOSTA: D.

5.CEBRASPE - EMBASA - 2010

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal (CF) de 1988, com o objetivo de proporcionar a toda a população brasileira o acesso ao atendimento público de saúde. Os princípios que fundamentam o SUS

foram estabelecidos na Lei Orgânica de Saúde, em 1990, com base no art. 198 da CF de 1988. À luz desses princípios, julgue o item a seguir.

O princípio da universalidade garante a saúde como um direito de todos.

COMENTÁRIOS

A Universalidade é um marco importantíssimo, pois em todo histórico anterior ao SUS tem uma condição ou outra para o atendimento à saúde, sendo que tal princípio quebrou essa barreira, permitindo o acesso a todos os cidadãos.

RESPOSTA: CERTA.

6. UNIFESP - UNIFESP – 2018

De acordo com o artigo 200 da Constituição Federal de 1988 ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

VI Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Considera-se que:

a) Somente os itens I, II e III são verdadeiros.

b) Somente os itens IV, V e VI são verdadeiros.

c) Somente os itens VII e VIII são verdadeiros.

d) Todos os itens são falsos.

e) Todos os itens são verdadeiros.

COMENTÁRIOS

Tudo de acordo com o Art. 200 da CF/88, sendo um resumo para seu estudo!

RESPOSTA: E.

7. AOCF - FESF-SUS - 2010

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

- I. integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
- II. conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.
- III. capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.
- IV. organização dos serviços públicos de modo a concretizar a duplicidade de meios para fins idênticos.

A Apenas I, II e III.

B Apenas I, III e IV.

C Apenas II e III.

D Apenas I, II e IV.

E I, II, III e IV.

COMENTÁRIOS

O último item já mistura com a Lei 8080/90. A correção seria tirar o "concretizar" e colocar o "evitar", utilizando melhor os recursos e distribuição da oferta.

RESPOSTA: A.

8.FUNCAB – SESAP-RN - 2010

Na Constituição Federal, promulgada em 1988, há um capítulo que define a Seguridade Social como abrangendo as áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Nesse capítulo, a saúde é definida como:

- A o estado de completo bem-estar físico, psíquico e social.
- B ausência de doença, resultante de adequada atenção à saúde.
- C direito de cidadania, garantido mediante políticas sociais e econômicas.
- D a garantia de oferta de serviços, suficiente para suprir a demanda.
- E o equilíbrio corporal, assegurado pelas medidas de prevenção.

COMENTÁRIOS

O art. 196 responde essa questão:

Art. 196. A saúde é DIREITO DE TODOS e DEVER DO ESTADO, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Isso reforça a "saúde" sob a ótica dos determinantes e condicionantes da saúde.

RESPOSTA: C.

9. FUNCAB - SESACRE - 2013

O conceito de seguridade social constitui uma das mais importantes inovações incorporadas à Constituição Federal de 1988. A esse respeito, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

I. O novo conceito impôs uma transformação radical no sistema de saúde brasileiro reconhecendo a saúde como direito social.

II. Esse marco referencial define um novo paradigma para a ação do Estado, apontando-o como provedor das ações e dos serviços de saúde.

III. Os recursos da seguridade social passam a ser a principal forma de financiamento do SUS.

Assinale:

A se somente a afirmativa I estiver correta.

B se somente a afirmativa II estiver correta.

C se somente a afirmativa III estiver correta.

D se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

E se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

COMENTÁRIOS

A I e a II resumem o fato da saúde ser universal, de direito do cidadão e de dever do Estado o provimento. A III diz algo que contradiz o SUS, visto que o financiamento será TRIPARTITE, ou seja, União, Estado e Municípios.

RESPOSTA: D.

10. IBADE - IAPEN - AC - 2020

Segundo a Constituição Federal, no Capítulo II, da Seguridade Social, Seção II, da Saúde, Artº 198, são diretrizes do SUS:

A descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.

B conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

C organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

D utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

E integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

COMENTÁRIOS

Veja quanto o Art. 198 é cobrado! A letra A, traz tudo na literalidade da lei. As demais alternativas introduzem o que não é princípio, tais como epidemiologia, violência doméstica etc. Todos esses assuntos estão, de uma forma ou outra, dentro do tema "SUS", mas não são os princípios que estão no Art. 198.

RESPOSTA: A.

11.FUNDATEC - Prefeitura de Maçambará - 2019

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 200, além de outras atribuições, compete ao Sistema Único de Saúde (SUS):

- A Organizar produtos e substâncias de interesse para a saúde, a produção de medicamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- B Inspeccionar alimentos, executando o controle da data de validade.
- C Ordenar a formação de recursos técnicos na área de saúde.
- D Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- E Organizar a guarda e a utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

COMENTÁRIOS

A Errada. Não é "organizar", mas fiscalizar e controlar.

B Errada. Fiscalizar e inspeccionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

C Errada. Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde

D Certa.

E Errada. Novamente o termo "controle e fiscalização" da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos, ao invés do que está escrito no enunciado.

RESPOSTA: D.

12.FAUUEL - Prefeitura de Jandaia do Sul - PR - 2019

De acordo com o Art. 200 da constituição federal que diz respeito à legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa que NÃO condiz com uma competência do SUS:

- A Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- B Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
- C Fiscalizar e inspeccionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo animal.

D Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos

COMENTÁRIOS

Art. 200 é grande, eu sei. Estar em contato com ele várias e várias vezes é o que vai ajudar a memorizar. Releia-o:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (isso chove e está bem especificado na Lei 8080/90)

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; (caso contrário, quem executaria todas as programações)

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Achou a pegadinha. A letra C, traz o que consta no artigo, mas, ao fim, diz "para o consumo animal" e seria "para o consumo humano".

RESPOSTA: C.

13.FAUUEL - Prefeitura de Honório Serpa - PR - 2019

De acordo com a Constituição Federal "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Com base nisso, assinale a alternativa CORRETA.

A A assistência à saúde é proibida à iniciativa privada.

B A participação da comunidade nas políticas de saúde pública é proibida.

C Compete ao Sistema Único de Saúde participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

D Apenas aqueles que possuem carteira assinada têm acesso aos atendimentos do Sistema Único de Saúde.

COMENTÁRIOS

A Errada. É permitida de forma COMPLEMENTAR e sob as regras do serviço público.

B Errada. É uma diretriz, logo, além de não proibida, é uma conquista!

C Certa. Está no Art. 200, item I.

D Errada. Se a universalidade é princípio, como teria esse bloqueio, né!

RESPOSTA: C.

14.CETREDE - Prefeitura de São Gonçalo do Amarante - CE

Sobre o tema saúde, com base na Constituição Brasileira de 1988, leia atentamente as afirmações a seguir e marque (V) para as afirmativas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

() A saúde é direito de todos e dever do Estado.

() O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social.

() A descentralização, com direção única em cada esfera de governo, é uma das diretrizes das ações e dos serviços públicos de saúde.

() A participação da comunidade, não constitui uma das diretrizes das ações e dos serviços públicos de saúde.

Marque a alternativa que indica a sequência CORRETA.

A F – F – V – V.

B F – V – F – V.

C V – V – F – V.

D V – F – V – F.

E V – V – V – F.

COMENTÁRIOS

Só tem um detalhe errado e está no último item! A participação da comunidade existe e é importantíssima.

RESPOSTA: E.

15.FAUUEL - Prefeitura de Honório Serpa - PR - 2016

A Constituição da República de 1988 estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

A A descentralização, o atendimento integral e a participação da comunidade são diretrizes constitucionais do sistema único de saúde.

B É permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo os casos proibidos em lei.

C São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita sempre indiretamente, por

meio de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

D O sistema único de saúde será financiado exclusivamente com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

COMENTÁRIOS

A Certa.

B Errada. Está escrito invertido. A regra geral é “proibição”, salvo os casos “permitidos” em lei.

C Errada. Olha o final! A correção está no Art. 197: [...] devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

D Errada. O art. 198 trata disso, no entanto, não está escrito “EXCLUSIVAMENTE”, visto que ao final, fala de “outras fontes”.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

RESPOSTA: A.

16.GUALIMP - Prefeitura de Porciúncula - RJ - 2019

Com relação aos artigos da constituição federal, da seção II, da saúde, considere a alternativa correta:

A O artigo 198 da constituição federal descreve a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos como uma das diretrizes do SUS.

B O artigo 198 determina aos gestores locais do sistema único de saúde, que estes só poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de concurso público municipal.

C O artigo 200 discorre que compete ao SUS a formação de recursos humanos na área de saúde.

D O artigo 197 determina que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

COMENTÁRIOS

A Errada. O art. 198 fala das diretrizes: centralização, atendimento integral e participação da comunidade.

B Errada. Neste artigo não menciona o concurso ser “municipal”. § 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

C Errada. Não é a formação, mas sim a ORDENAÇÃO.

D Certa.

RESPOSTA: D.

17.Crescer Consultorias - Prefeitura de Paulistana – 2019

Analise as afirmativas abaixo sobre as disposições constitucionais relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS):

I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 20% (vinte por cento).

II. Ao Sistema Único de Saúde compete controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

III. Os gestores locais do sistema único de saúde só poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de concurso público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, sendo vedada a contratação através de processo seletivo.

O número de afirmativas corretas corresponde a:

A Zero.

B Uma.

C Duas.

D Três.

COMENTÁRIOS

I Errada. No art. 198, temos que:

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); LC 86/2015

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)

II Certa.

III Errada. A contratação DEVE ser por meio de processo seletivo público.

Logo, apenas 1 certa.

RESPOSTA: B.

18.IBGP - CISSUL - MG – 2017

Segundo o artigo 200º da Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que ao sistema único de saúde compete:

- A Executar as ações de vigilância sanitária.
- B Incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico.
- C Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle do seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- D Participar exclusivamente da formulação da política de saneamento básico, sendo a execução reponsabilidade de outros setores governamentais.

COMENTÁRIOS

Olha a palavra que já dá a dica de estar errada: "exclusivamente", na letra D.

RESPOSTA: D.

19.FUNDEP (Gestão de Concursos) - INB - FUNDEP 2018

São diretrizes estipuladas pela Constituição Federal, art. 198, e descritas também na Lei Nº 8.080, EXCETO:

- A Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- B Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- C Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- D Igualdade da assistência à saúde, com preconceitos e privilégios de qualquer espécie.

COMENTÁRIOS

Literalidade é tudo. Releia de novo o Art. 198: As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade. : (incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)

Portanto, nada do termo "igualdade"!

RESPOSTA: D.

20.IMA - Prefeitura de Canavieira - PI – 2015

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios, SALVO:

A Conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

B Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

C Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos apenas em alguns os níveis de complexidade do sistema.

D Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.

COMENTÁRIOS

O erro está que, a INTEGRALIDADE, é aplicável em todos os níveis!

RESPOSTA: C.

Questões comentadas

1. IAPEN – IAPEN - 2020

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, e com os seguintes princípios:

A oferta de um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e coletivos, nos níveis de menor complexidade do sistema.

B igualdade de assistência à saúde, favorecendo a população de menor renda.

C centralização político administrativa com sede em Brasília.

D regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.

E acesso aos serviços de saúde a nível básico somente por pessoas que contribuem com a previdência social.

2. GUALIMP – Prefeitura de Conceição de Macabu - 2020

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo, ainda, aos seguintes princípios, EXCETO:

A Participação da comunidade.

- B Universalidade do acesso, entendido como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- C Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- D Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.

3. INICIATIVA GLOBAL – CIAS-MG – 2016

Segundo o artigo 199 da Constituição Federal de 1988, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Sendo assim, todas as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- b) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.
- c) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.
- d) As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

4. FUMARC – Prefeitura de Matozinhos - MG - 2016

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu título VIII, capítulo II, seção II Art. 198, "As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes...". Dentre as diretrizes a que se refere o artigo citado encontram-se, EXCETO:

- A Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- B Descentralização, com direção única, em cada esfera de governo.
- C Participação da comunidade.
- D Vedada a destinação de recursos públicos para subvenções às instituições privadas sem fins lucrativos.

5. CEBRASPE - EMBASA - 2010

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal (CF) de 1988, com o objetivo de proporcionar a toda a população brasileira o acesso ao atendimento público de saúde. Os princípios que fundamentam o SUS foram estabelecidos na Lei Orgânica de Saúde, em 1990, com base no art. 198 da CF de 1988. À luz desses princípios, julgue o item a seguir.

O princípio da universalidade garante a saúde como um direito de todos.

6. UNIFESP - UNIFESP – 2018

De acordo com o artigo 200 da Constituição Federal de 1988 ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

VI Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Considera-se que:

- a) Somente os itens I, II e III são verdadeiros.
- b) Somente os itens IV, V e VI são verdadeiros.
- c) Somente os itens VII e VIII são verdadeiros.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

7. AOCP - FESF-SUS - 2010

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios;

- I. integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
- II. conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.
- III. capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.
- IV. organização dos serviços públicos de modo a concretizar a duplicidade de meios para fins idênticos.

A Apenas I, II e III.

- B Apenas I, III e IV.
- C Apenas II e III.
- D Apenas I, II e IV.
- E I, II, III e IV.

8. FUNCAB – SESAP-RN - 2010

Na Constituição Federal, promulgada em 1988, há um capítulo que define a Seguridade Social como abrangendo as áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Nesse capítulo, a saúde é definida como:

- A o estado de completo bem-estar físico, psíquico e social.
- B ausência de doença, resultante de adequada atenção à saúde.
- C direito de cidadania, garantido mediante políticas sociais e econômicas.
- D a garantia de oferta de serviços, suficiente para suprir a demanda.
- E o equilíbrio corporal, assegurado pelas medidas de prevenção.

9. FUNCAB - SESACRE - 2013

O conceito de seguridade social constitui uma das mais importantes inovações incorporadas à Constituição Federal de 1988. A esse respeito, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

- I. O novo conceito impôs uma transformação radical no sistema de saúde brasileiro reconhecendo a saúde como direito social.
 - II. Esse marco referencial define um novo paradigma para a ação do Estado, apontando-o como provedor das ações e dos serviços de saúde.
 - III. Os recursos da seguridade social passam a ser a principal forma de financiamento do SUS.
- Assinale:
- A se somente a afirmativa I estiver correta.
 - B se somente a afirmativa II estiver correta.
 - C se somente a afirmativa III estiver correta.
 - D se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
 - E se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

10. IBADE - IAPEN - AC - 2020

Segundo a Constituição Federal, no Capítulo II, da Seguridade Social, Seção II, da Saúde, Artº 198, são diretrizes do SUS:

- A descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.

B conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

C organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

D utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

E integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

11. FUNDATEC - Prefeitura de Maçambará - 2019

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 200, além de outras atribuições, compete ao Sistema Único de Saúde (SUS):

A Organizar produtos e substâncias de interesse para a saúde, a produção de medicamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

B Inspeccionar alimentos, executando o controle da data de validade.

C Ordenar a formação de recursos técnicos na área de saúde.

D Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

E Organizar a guarda e a utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

12. FAUEL - Prefeitura de Jandaia do Sul - PR - 2019

De acordo com o Art. 200 da constituição federal que diz respeito à legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa que NÃO condiz com uma competência do SUS:

A Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

B Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

C Fiscalizar e inspeccionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo animal.

D Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos

13. FAUEL - Prefeitura de Honório Serpa - PR - 2019

De acordo com a Constituição Federal "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Com base nisso, assinale a alternativa

CORRETA.

- A A assistência à saúde é proibida à iniciativa privada.
- B A participação da comunidade nas políticas de saúde pública é proibida.
- C Compete ao Sistema Único de Saúde participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- D Apenas aqueles que possuem carteira assinada têm acesso aos atendimentos do Sistema Único de Saúde.

14. CETREDE - Prefeitura de São Gonçalo do Amarante - CE

Sobre o tema saúde, com base na Constituição Brasileira de 1988, leia atentamente as afirmações a seguir e marque (V) para as afirmativas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

- () A saúde é direito de todos e dever do Estado.
- () O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social.
- () A descentralização, com direção única em cada esfera de governo, é uma das diretrizes das ações e dos serviços públicos de saúde.
- () A participação da comunidade, não constitui uma das diretrizes das ações e dos serviços públicos de saúde.

Marque a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A F – F – V – V.
- B F – V – F – V.
- C V – V – F – V.
- D V – F – V – F.
- E V – V – V – F.

15. FAUEL - Prefeitura de Honório Serpa - PR - 2016

A Constituição da República de 1988 estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A A descentralização, o atendimento integral e a participação da comunidade são diretrizes constitucionais do sistema único de saúde.
- B É permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo os casos proibidos em lei.
- C São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita sempre indiretamente, por meio de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- D O sistema único de saúde será financiado exclusivamente com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

16. GUALIMP - Prefeitura de Porciúncula - RJ - 2019

Com relação aos artigos da constituição federal, da seção II, da saúde, considere a alternativa correta:

- A O artigo 198 da constituição federal descreve a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos como uma das diretrizes do SUS.
- B O artigo 198 determina aos gestores locais do sistema único de saúde, que estes só poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de concurso público municipal.
- C O artigo 200 discorre que compete ao SUS a formação de recursos humanos na área de saúde.
- D O artigo 197 determina que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

17. Crescer Consultorias - Prefeitura de Paulistana – 2019

Analise as afirmativas abaixo sobre as disposições constitucionais relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS):

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 20% (vinte por cento).
- II. Ao Sistema Único de Saúde compete controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- III. Os gestores locais do sistema único de saúde só poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de concurso público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, sendo vedada a contratação através de processo seletivo.

O número de afirmativas corretas corresponde a:

- A Zero.
- B Uma.
- C Duas.
- D Três.

18. IBGP - CISSUL - MG – 2017

Segundo o artigo 200º da Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que ao sistema único de saúde compete:

- A Executar as ações de vigilância sanitária.
- B Incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico.

C Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle do seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

D Participar exclusivamente da formulação da política de saneamento básico, sendo a execução responsabilidade de outros setores governamentais.

19. FUNDEP (Gestão de Concursos) - INB - FUNDEP 2018

São diretrizes estipuladas pela Constituição Federal, art. 198, e descritas também na Lei Nº 8.080, EXCETO:

A Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

B Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

C Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

D Igualdade da assistência à saúde, com preconceitos e privilégios de qualquer espécie.

20. IMA - Prefeitura de Canavieira - PI – 2015

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios, SALVO:

A Conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

B Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

C Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos apenas em alguns os níveis de complexidade do sistema.

D Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.

Gabarito

1 D 11 D

2 B 12 C

3 E 13 C

4 D 14 E

5 C 15 A

- | | | | |
|----|---|----|---|
| 6 | E | 16 | D |
| 7 | A | 17 | B |
| 8 | C | 18 | D |
| 9 | D | 19 | D |
| 10 | A | 20 | C |